



4º EPPAC

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

13, 14 e 15
Set / 2017

Boa Vista / Roraima - Brasil

Isaac Guidão Toscano
Jessica Daiane de Lemos Rodrigues
Sabrina Moraes Ferreira

URBANIZAÇÃO E SUBDESENVOLVIMENTO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS TRABALHADORES QUE MORAM NO PARQUE RESIDENCIAL MANAUS

RESUMO

Este artigo visa refletir sobre as condições socioeconômicas de trabalhadores reassentados pelo PROSAMIM I e II no Parque Residencial Manaus. Problematiza o processo de urbanização empreendido na cidade de Manaus a partir do ciclo de exploração da borracha, elucidando os aspectos sociais, econômicos e culturais, os quais sofreram transformações em virtude das políticas econômicas típicas aos países subdesenvolvidos. A ausência de planejamento urbano sistemático, bem como a falta de controle relacionado ao crescimento da cidade ocasionaram sérios problemas, principalmente nas comunidades localizadas nas áreas de igarapés, onde se instalaram diversas famílias. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, na qual foram entrevistados quinze trabalhadores residentes do referido parque. Os resultados evidenciam que a mudança para o parque trouxe vantagem quanto à qualidade na habitação, contudo, também demonstra o incompleto alcance dos objetivos do programa ao que tange a criação de ações de qualificação profissional dos trabalhadores e das propostas de geração de renda, fato este que reitera a reprodução das desigualdades e da exclusão dos sujeitos "não aptos" ao circuito produtivo do capitalismo.

Palavras-chaves: Urbanização; Subdesenvolvimento; Prosamim, Trabalho.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the socioeconomic conditions of workers resettled by PROSAMIM I and II in the residential Park. Discusses the urbanization process undertaken in the city of Manaus from the rubber exploitation cycle, clarifying the social, economic and cultural aspects, which have suffered as a result of economic policy changes typical to underdeveloped countries. The absence of systematic urban planning, as well as the lack of control related to the growth of the city caused serious problems, particularly in communities located in the areas of streams, where they settled several families. It is a quantitative research, in which 15 workers were interviewed residents of the Park. The results show that the change to the Park brought advantage as quality in housing, however, also demonstrates the incomplete reach of the programme's objectives concerning the creation of professional qualification of employees and income-generating proposals, which reiterates the reproduction of inequality and exclusion of subjects "not fit" to the productive circuit of capitalism.

Key words: urbanization; Underdevelopment; Prosamim, work

I. INTRODUÇÃO

As transformações políticas, econômicas e socioculturais empreendidas na sociedade Brasileira foram historicamente desenvolvidas a serviço das estratégias de produção e expansão do capital, a partir dos países centrais. Acompanhada pelos mitos das riquezas inesgotáveis e como meio para o “desenvolvimento” da sociedade, essas transformações se reproduziram com base em receituários econômicos internacionais, objetivado desordenadamente nos países subdesenvolvidos. O desenvolvimento de políticas de urbanização, como o da cidade de Manaus resultou na implementação de programas habitacionais que modificaram não somente o espaço territorial, mas mantiveram as condições de exclusão dos segmentos “não produtivos” ao circuito do sistema de produção capitalista.

Desse modo, essa investigação procura sinalizar os impactos ocasionados por essa mudança de moradia e de reorganização socioespacial para o referido Parque, elucidando o suporte dado pelo Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – (PROSAMIM) aos moradores neste âmbito.

Nos procedimentos metodológicos utilizou-se de uma perspectiva crítico-dialética, com a articulação dos métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos, aplicando-se a técnica da entrevista semiestruturada com os quinze (15) trabalhadores entrevistados, que residem no Parque Residencial Manaus, *lócus* da pesquisa.

O presente artigo está estruturado em três momentos. O primeiro, versa sobre o processo histórico de urbanização da cidade de Manaus, evidenciado os aspectos socioeconômico e políticos perpetrado nos países subdesenvolvidos. Em seguida, busca caracterizar como constitui-se institucionalmente o Prosamim na cidade de Manaus, bem como problematizar os limites de seus objetivos nos seio dos interesses contraditórios. E por fim, tratar-se-á sobre as condições socioeconômicas dos trabalhadores moradores do Parque Residencial Manaus, elucidado as contradições das políticas de “desenvolvimento” no bojo das relações sociais desiguais da sociedade capitalista.

II. A dupla face da urbanização de Manaus: o moderno subdesenvolvido.

De acordo com Gaspar (2011) o conceito de urbanização recobre realidades distintas, tendo impactos diferenciados nos âmbitos geográficos, econômicos, sociais, políticos e culturais, alterando modos de vida, através de um processo complexo, que implica a assunção de valores, de comportamentos decorrentes de novas formas de produção e de consumo, o

qual irá originar novas formas de habitar, com mudanças nos padrões de uso do tempo e do espaço.

Esse processo operado nos países subdesenvolvidos, diferentemente dos países centrais foi executado sem um devido planejamento adequado à realidade nacional e local. Compreende-se aqui os países subdesenvolvidos, aqueles que se constituíram em um processo histórico autônomo, e não por uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram seu grau superior de desenvolvimento (FURTADO, 2009). No Brasil, no século XX, a marcha da indústria pelo tradicional modelo de crescimento se deu a base de exportação intensiva, por exemplo - da exportação de látex - acompanhada pela formação da estrutura de transporte, dos serviços públicos, sistema bancários, entre outros, os quais foram orientados para esse fim.

Conforme Maricato (2001) o processo de urbanização está ligado também à migração, uma vez que, a exploração dos recursos naturais atraiu pessoas de todo o mundo, o que fez gerar um aumento significativo na população das cidades. No Brasil essa política de expansão e povoamento do território nacional se intensificou no período ditatorial, sustentado pela política desenvolvimentista, que tinha por objetivo a abertura de novas áreas de exploração dos recursos naturais e ampliação do mercado de consumo. Contudo, como será apresentado a seguir, o processo de urbanização no país não se dará somente em vista do processo de desenvolvimento da produção industrial, mas como ocorreu na cidade de Manaus, será resultado conforme Dias (2007), da necessidade de promover reformas que objetivassem facilitar a circulação de capital e o consumo.

Ainda de acordo com Dias (2007) e Mesquita (2009), Manaus foi planejada e construída para atender a uma demanda do capital internacional, e foi em meio a essas iniciativas que a cidade apresentou um impulso significativo para o seu processo de urbanização.

Como outras cidades, a capital do Amazonas, a partir dos anos 1890, começa a sofrer grandes transformações em decorrência do surto de urbanização ocasionado dentre outras razões, pelo recebimento do intenso fluxo migratório, consequência dos investimentos tidos pela acumulação do capital devido à economia do látex. Porém, Dias (2007) afirma que Manaus não estava pronta para se tornar a capital mundial da borracha, pois a cidade apresentava uma estrutura precária com prédios arruinados e construídos fora dos padrões de modernidade, pontes e calçadas irregulares construídas de madeira, falta de saneamento, rede de esgoto e luz elétrica a gás, sistema de navegação ineficiente, um porto em péssimas condições, a maioria das ruas eram irregulares, estreitas, onduladas e cortadas por igarapés (canais naturais de água), ou seja, a cidade precisava ser reconstruída, pois a mesma não apresentava a estrutura das cidades modernas, a exemplo de Paris.

Mesquita (2009) salienta que foi feito um projeto para atrair e impressionar investidores, projetando uma imagem de cidade moderna e limpa com medidas de embelezamento e iniciativas para afastar do centro os moradores de baixa renda. A ideia de cidade pensada para Manaus foi guiada pelo ideário da modernização capitalista. Dias (2007) e Mesquita (2009) concordam que os administradores locais viram a necessidade de adequar a cidade a uma perspectiva de modernização, onde são feitas as adequações e mudanças para torná-la uma cidade moderna, adequações essas, que vão provocar tanto os impactos sociais como ambientais, a exemplo do aterramento de igarapés

Azevedo (2008) explica que o primeiro grande ciclo econômico vivido no Estado do Amazonas - o período da borracha - trouxe para Manaus a concepção de cidade da *Belle Époque*, na qual a cidade em sua estrutura urbana central, com rede elétrica, distribuição de água, rede de esgoto, criação de grandes avenidas, serviços de saúde, áreas comerciais, turísticas foram desenvolvidas exclusivamente para atendimento dos interesses econômicos.

Com a decadência da economia extrativista da borracha em Manaus, esta sofreu um grande fluxo migratório das áreas de extração, já que os envolvidos não tinham condições financeiras de voltar aos seus locais de origem, fato este que fez aumentar os problemas habitacionais com grande número de moradias precárias especialmente no curso dos igarapés.

Para Azevedo (2008), os igarapés tradicionalmente serviram para muitas atividades cotidianas da população. Contudo, a história do desenvolvimento da cidade tem como marco uma relação de “extermínio” desses recursos hídricos, pois as áreas no entorno dos igarapés de Manaus não tinham valor imobiliário, desde a época da borracha.

Ainda segundo Azevedo (2008), no segundo grande ciclo econômico da capital - a Zona Franca de Manaus (ZFM) – A ZFM foi implementada com o objetivo de atrair investimentos externos e promover o desenvolvimento regional e com sua instalação a cidade voltou a experimentar um súbito crescimento demográfico, ganhou um comércio de importados e depois um polo industrial, que sustenta o desenvolvimento do Estado. Desse maneira, mais uma vez os igarapés tornaram-se um obstáculo, não mais por impor limites físicos à cidade, mas porque a sua ocupação destoava da imagem da cidade concebida pelo projeto modernizado do governo da época e da elite empresarial.

Nos termos de Garrido (2011), a ocupação inadequada à margem dos corpos hídricos favorece a instalação de processos erosivos e põe em risco a integridade física dos habitantes locais. Para ele é inquestionável que no contexto na cidade de Manaus muitas dessas moradias, palafitas, sobre os igarapés ou localizadas nas suas margens, apresentavam (e apresentam) uma infraestrutura inadequada. Bentes (2005), ocupação esta que constitui-se não só um estilo de vida, mas sobretudo a única alternativa que a população pobre encontrou para a garantia do direito à cidade, ocupando também terrenos públicos e particulares e

transformando essas áreas em espaços de reprodução social à margem do sistema legal de propriedade e da legislação urbana, edificando áreas de visibilidade da pobreza.

Esse cenário explicita um modelo de subdesenvolvimento orquestrado pelos países centrais, que representa a formação periférica das economias subdesenvolvidas, as quais, conforme Benaion (2006, p.31) “é resultado do desequilíbrio na assimilação de novas tecnologias entre países e das inovações que influem diretamente no estilo de vida dos povos”. E ainda conforme o autor, “este modelo tem como consequência o aumento do grau de dependência dos países periféricos, a concentração de riqueza, a superexploração e a exclusão de grande parte da população” (BENAION, 2006, p.302).

III. Caracterização do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM).

O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) foi apresentado pelo governo estadual nos anos 2000, tendo por objetivo contribuir para resolver os problemas sociais, urbanísticos e ambientais, que afetam a cidade de Manaus, e em particular, os moradores da Bacia Educandos-Quarenta (PROSAMIM I e II) e São Raimundo (PROSAMIM III). Os recursos para esse programa são de aproximadamente 900 milhões de dólares (empréstimo do BID e recursos próprios). As obras iniciaram em 2005 e nas fases I e II, 6.313 famílias foram removidas dos igarapés Manaus, Bittencourt, Mestre Chico, Quarenta e Cachoeirinha. Destas, 1.986 famílias foram reassentadas no Conjunto João Paulo II, zona norte da cidade, e 969 famílias nos Parques Residenciais do Programa.

Os objetivos específicos incluem a elaboração e execução de projetos que envolvem a *área de engenharia* (construção de habitação, saneamento básico, reabilitação e/ou implantação de sistemas de drenagem, etc.); a *área social* (estudos socioeconômicos, participação comunitária, inserção em programas de geração de renda); a *área da comunicação* (fortalecimento institucional, educação sanitária e ambiental); e a *área jurídica* (regularização da posse do solo). Esses eixos e componentes não tiveram a mesma importância quando da implantação do programa.

A inserção dos moradores em programas de geração de renda configura-se com uma importante medida ao passo que possibilita não apenas a qualificação de mão-de-obra ou criação de meios de subsistência, mas passa constitui-se com meio de manutenção e permanência nessas novas estruturas habitacionais. Pois, apesar dos subsídios públicos de redução de custo no pagamento dos imóveis, é necessário o custeio com outros serviços como luz elétrica e abastecimento de água.

De acordo com Rossin (2008), quatro pilares compõem as estratégias – corretivas e preventivas do programa. A primeira refere-se à construção de obras de macro e micro drenagem visando regular o impacto das chuvas intensas e as enchentes do Rio Negro; a segunda diz respeito à efetivação do reassentamento da população que ocupa os igarapés em terrenos aptos para usos residenciais e com serviços básicos; a terceira é concernente à construção de avenidas e parques nas áreas mais vulneráveis para prevenir as “invasões ilegais”; e a quarta apresenta a proposta de ampliação da oferta de solo equipado para uso residencial barato. Iniciativas que visam o maior controle e vigilância de ocupação e uso da terra.

É inegável que o carro chefe desse programa foi constituído pelas diversas obras de urbanização, materializadas nas novas vias e parques urbanos, nas pistas de caminhada, nas quadras poliesportivas, dentre outras. Obras que contribuem para a legitimidade e aprovação dessa intervenção estatal; particularmente por parte dos moradores do entorno da área do programa, que passaram a usufruir dessa nova espacialidade que tem feito a “promoção interna da cidade”. As ações estatais têm contribuído ainda para o desenvolvimento de um “patriotismo cívico” que desperta o “sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da cidade. Esta promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental e simbólico quanto os dirigidos a melhorar a qualidade dos serviços públicos e o bem-estar da população” (CASTELLS & BORJA, 1996, p.61).

O PROSAMIM, apesar de suas diretrizes, desperta questionamentos à propósito de quem foram de fato os maiores beneficiários deste programa que deixou à cidade de Manaus, na sua primeira etapa: 7,7 mil metros de ruas asfaltadas, 18 Km de novas vias implantadas e interligadas com as vias existentes, 10 hectares (tamanho de 10 campos de futebol) de parques ecológicos com a possibilidade de receber até 11,5 mil pessoas por dia, a ponte Benjamim Constant, (de tecnologia inglesa) com um sistema de iluminação que virou um atrativo turístico local, dentre outros. Desse modo questiona-se quais os sujeitos realmente beneficiados com esse investimento, em quais condições poderão usufruir desse espaço, quais as possibilidades criadas para eles, de modo a permitir o empoderamento e condições dignas de vida.

IV. As condições socioeconômicas dos trabalhadores que moram no parque residencial Manaus: o reflexo das desigualdades nos países subdesenvolvidos.

A sociedade presenciou nas últimas décadas fortes transformações no mundo do trabalho desde a crise estrutural do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Antunes (2005)

pontua que nos últimos anos, como resposta à crise dos anos 70 as transformações no processo produtivo intensificam-se, devido ao avanço tecnológico. No âmbito dessas transformações no mundo do trabalho os sindicatos foram acuados pela ofensiva neoliberal, pela desestruturação do mundo do trabalho e pela destruição de suas bases em razão do desemprego e da terceirização, perderam assim seu vínculo com o horizonte de classe e deixaram-se levar, sob a pressão das circunstâncias, pela fragmentação da classe.

O desemprego se constitui em um importante problema estrutural em todo o mundo, inclusive nas economias desenvolvidas. Santos (2006) explicita que o desemprego, mesmo em países de capitalismo avançado, estava reservado a áreas de pobreza e de subdesenvolvimento, levando as pessoas por ele afetadas para o completo esquecimento e descaso, na medida em que não havia preocupação com as repercussões socioeconômicas desse fenômeno.

O Estado de bem-estar-social, que em passos curtos se aproximou das políticas públicas brasileira, aos poucos vem sendo extinto, com a privatização de serviços públicos indispensáveis como a saúde, a educação, a segurança, a previdência e a assistência social. Houve uma perda significativa de direitos, pois o sistema que está sob controle do capital tornou o trabalho ainda mais precarizado por meio das formas de subemprego, intensificando assim os níveis de exploração para aqueles que vivem do trabalho. De acordo com Benaion (2006), o nível de desemprego persistente torna o país líder no ranking entre os considerados de renda média no que tange ao percentual de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia. Segundo o Banco Mundial, isso seria equivalente à 28,7% da população brasileira, algo em torno de 46 milhões de pessoas.

No que tange à cidade de Manaus pode-se afirmar que a população amazonense não ficou de fora das mazelas da globalização e do processo de acumulação capitalista, na forma da reestruturação produtiva, trouxe consequências bastante graves à população amazonense.

Manaus é o principal centro financeiro e econômico da Região Norte brasileira, além de ser a maior cidade desta região, ocupando uma área de 11.458,5 km². Segundo Bentes (2005 apud Silva 2011) desde os séculos anteriores a cidade foi um atrativo em decorrência das oportunidades de geração de emprego e renda em uma localidade urbana.

De acordo com Bentes (2005 apud Silva 2011, p. 44), os dados do Sistema Nacional de Emprego -SINE/AM, apontam que no período de 2000 a 2004, foram encaminhados 84.516 trabalhadores para vagas no mercado empresarial de Manaus/AM, porém, somente 33.244 foram considerados empregados, e ainda, na relação emprego/desemprego, conforme o SINE, o número de demissões supera em aproximadamente 600% o número de admissões. O Pólo Industrial de Manaus sempre foi um dos principais empregadores da cidade, contudo,

[...] a queda do índice de empregados no pólo industrial no ano de 2000 foi de 36,35% em relação ao ano de 1990. Para especificar melhor, no ano de 1990 o Pólo Industrial de Manaus absorvia 315 empresas, empregando por volta de 76.798 trabalhadores e, em 2000, as 302 empresas que constituíam o PIM empregavam 48.879 trabalhadores. Ressalto, ainda que, conforme Bentes (2010), através dos dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE-CEMPRE, no ano 2000 Manaus possuía 2.811 indústrias com atuação nas atividades industriais da extração, transformação e construção. (Oliveira,2009 citado por SILVA, 2011, p. 45)

Silva (2011) explica que a este último fato podemos relacionar a baixa qualificação dos trabalhadores, o que dificulta ainda mais a sua inserção no mercado de trabalho atual, em decorrência dos constantes avanços tecnológicos e novas máquinas e equipamentos que são introduzidos nas empresas locais, vindas de diversas partes do globo, e a isto, soma-se a reestruturação produtiva que carrega consigo novas formas de gestão, tanto da produção como do trabalho, enxugando as empresas ao máximo, tornando o trabalhador flexível e tendo que se inserir no mercado de trabalho precário, informal e terceirizado. Os avanços tecnológicos servem mais para criar uma imagem intelectualizada do trabalho do que para melhorar as condições (SOUZA, 2010).

Entretanto, ainda de acordo com Souza (2010) possuir qualificação não é garantia de integração estável no mercado de trabalho, pois uma sociedade mais diplomada não implica necessariamente uma sociedade incluída consistentemente no mercado de trabalho. O que se pode observar é muito mais o processo de intelectualização parcial da sociedade trazida pela democratização escolar, tendo como consequência o aumento de diplomados, mas sem uma valorização relativa desses diplomas no mundo do trabalho. O ensino formal, portanto, não é necessariamente garantidor de uma posição estável no mundo do trabalho.

Para Souza (2010) se por um lado, a distância entre os qualificados e desqualificados é cada vez maior, por outro, a qualificação mais básica dada pelo ensino médio relega o trabalhador aos setores mais desprotegidos do mercado de trabalho formal.

A precarização do trabalho presente no mundo atual não é acidente de alguns, mas é condição forçada de uma expressiva parcela da sociedade. As mudanças no mundo de trabalho globalizado afetam a população manauense, que também vem enfrentando consequências da reestruturação produtiva do capital, pois para sair da crise o empresariado local faz alterações no processo produtivo, enxuga o número de trabalhadores e implementa a terceirização da produção.

A natureza do subdesenvolvimento da periferia como consequência do desenvolvimento do domínio do centro sobre a periferia, cujos os efeitos se fazem notar a partir da destruição da oficina artesanal, o domínio sobre a agricultura e uma industrialização periférica com modelos tecnológicos e de consumo do mundo desenvolvido, que resultam incapazes de oferecer trabalho à grande massa de trabalhadores excluídos (BENAION, 2006, p.107).

No que se refere ao contexto Manaus, é possível perceber o reflexo das transformações políticas e econômicas mundiais e seus rebatimentos na formação de uma cidade aparentemente urbanizada e economicamente produtiva, que no entanto, não acompanhou em seu crescimento a distribuição de renda de habitantes, evidenciando o contraste de seu “desenvolvimento”.

O RIMA (2004) evidencia que em relação a emprego e renda, 34,4% das famílias da área direta do programa tem uma renda familiar situada entre 1 a 2 salários mínimos, sendo esta renda insuficiente para suprir as necessidades básicas das famílias. Os indivíduos são obrigados a buscar outras alternativas para o sustento familiar através de atividades informais para obtenção de uma renda complementar que chega a mais ou menos R\$ 300,00.

Ainda a respeito de emprego e renda pode-se dizer, com base no RIMA (2004) que aproximadamente 25,5% dos moradores do prosamim são trabalhadores autônomos que não recolhem as contribuições previdenciárias. Identifica-se também um expressivo percentual de trabalhadores sem emprego – 18,3% - ocupando a segunda posição, e, em terceiro lugar, os trabalhadores formalmente empregados que representam 15,4% do total de respondentes, número este próximo dos aposentados e pensionistas que atingem 9,1%.

De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (2004) pode-se afirmar que o público-alvo da área de intervenção do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) é caracterizado por vendedores ambulantes. Uma das atividades mais frequentes são as vendas em pequenos quiosques improvisados na área do programa. Nos referidos quiosques identificamos a venda de produtos artesanais ou de culinária doméstica e frutas de estação.

A renda complementar obtida com outras atividades por mês é variável, desde R\$ 8,00 até 1.700 reais. A maioria obtém até no máximo R\$ 300,00. Assim, muitas pessoas apresentam uma renda instável e insuficiente. Sampaio et. al (2012) atesta que as populações que residem ou residiam em áreas de risco apresentam condições socioeconômicas relativamente baixas a muito baixas, por isso não tem condições de deixar essas áreas.

Por isso, um dos objetivos do programa em relação à trabalho e renda é contribuir com a redução da vulnerabilidade social da população, fortalecendo suas condições de desenvolvimento social, criando oportunidades para a inserção dos moradores no mercado de trabalho como empregados ou como empreendedores.

É possível inferir a partir dos objetivos – geral e específicos – do programa habitacional, que estes não corresponderam à realidade vislumbrada partir do perfil socioeconômico identificado anteriormente. Ainda sobre os objetivos mencionados acima, segundo o Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental (2007) o programa visava destinar vagas em cursos de qualificação profissional conforme a demanda da comunidade, considerando o mercado de trabalho, visando a qualificação profissional e possível geração

de renda. Além disso, assegurando a ampliação da escolaridade por meio da identificação e viabilização de atendimento de analfabetos ou pessoas apenas com alfabetização funcional de forma a contribuir também com sua inserção no mercado de trabalho.

Contudo, ao serem questionados sobre tais curso, alguns moradores entrevistados, afirmam que foram oferecidos, mas não foram muito úteis para a geração de renda e outros ainda relatam não saber da existência de tais cursos. Os moradores que já tinham alguma ocupação, afirmam que a mudança para o Parque Residencial Manaus não afetou em nada o trabalho, pois os mesmos continuam na mesma área em que moravam anteriormente, área central da cidade e a atividade exercida hoje já era exercida anteriormente, não houve prejuízos. Um agravante que surgiu com a mudança foram as altas despesas com as quais os moradores começaram tiveram que custear, como as contas de água e energia elétrica, que segundo os moradores, os valores passam de 500,00 reais mensal.

Os moradores que se encontram desempregados ou inseridos no mercado informal relatam que o que dificulta a inserção no mercado de trabalho formal é a baixa escolaridade. Dos quinze (15) entrevistados, quatro (4) têm o ensino fundamental incompleto, dois (2) têm ensino fundamental completo, seis (6) apresentam ensino médio completo, dois (2) apresentam ensino médio incompleto e apenas um (1) têm ensino superior completo.

Como já posto acima, o mercado de trabalho exige, cada vez mais, a obtenção de qualificação e sobretudo no âmbito formal. Entretanto, entendemos que possuir a qualificação não é garantia de integração estável no mercado de trabalho, na medida em que os trabalhadores com níveis mais baixos de qualificação são relegados às posições e empregos de instabilidade no mercado de trabalho.

Importante salientar que ainda está realidade representa as características dos países subdesenvolvidos, pois além serem ainda grandes exportadores de matérias-primas, sustentam uma massa de mão-de-obra barata para as empresas multinacionais. Essa condição de subordinação, não apenas é resultado da falta de qualificação profissional, mas da própria estrutura econômica, política e social, a qual foi implantada nos países subdesenvolvidos como uma lógica do próprio sistema capitalista de exploração e para administração das desigualdades sociais.

V. NOTA CONCLUSIVA

Ao refletir sobre o processo de urbanização da cidade de Manaus e as condições socioeconômicas dos trabalhadores moradores do Parque Residencial Manaus, pode-se perceber como as intervenções públicas e privados privilegiaram os interesses nacionais e internacionais do grande capital. Além disso, como esse processo de urbanização se inseriu

na consolidação de um projeto de ampliação do mercador consumidor e de acumulação capitalista.

As famílias que foram reassentadas no Parque Residencial Manaus passaram a usufruir de condições habitacionais mais dignas que as anteriores quando moravam às margens dos igarapés, em casas com condições inadequadas. Contudo, sobre a situação daqueles que não possuíam algum tipo de ocupação, nada foi feito, mesmo considerando que a proposta de ações de geração de renda por meio da qualificação dos moradores era um dos objetivos do programa, a qual não se materializou, colocando assim, esses moradores sem auxílio necessário e permanecendo na condição de subalternidade.

Em síntese, as condições postas na realidade desses trabalhadores ainda reiteram as ações parcializadas e insuficientes da intervenção do Estado na efetivação dos direitos sociais. Reforça a condição de marginalidade, a qual são postas as pessoas que não se enquadram no circuito produtivo do capital, além de representar no contexto global a forma de gestão da pobreza dos países subdesenvolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

AZEVEDO, Renildo Viana. Revitalização dos igarapés: para quem? 2008. Disponível em: <<<http://www.publicadireito.com.br> >> Acesso em: janeiro de 2015.

BENAION, Noval. Subordinação reiterada: Imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil. Manaus, Editora: EDUA, 2006. p.392.

CASTELLS, Manuel & BORJA, Jordi. As cidades como autores políticos. *Novos Estudos CEBRAP*, n.45, jul.1996, (p. 152-166).

DIAS, Edinea Mascarenhas. Manaus 1890-1920: a ilusão do fausto. Manaus: Valer, 2007.

GARRIDO, Ana Lúcia. A cidade de Manaus e o projeto PROSAMIM. In: *O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM – e seus impactos socioambientais sobre a qualidade de vida da comunidade do Parque Residencial Manaus*, 2011. Disponível em: <<<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br> >> Acesso em: dezembro de 2014.

GASPAR, Jorge. Cidade e urbanização no virar do milênio, 2011. Disponível em: <<<http://fenix.tecnico.ulisboa.pt> >> Acesso em Janeiro de 2015.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Coleção: Economia e desenvolvimento. 5ª Edição. 2009.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Editora Vozes, 2001.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (Orgs.). São Paulo. Segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Senac, 2004.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *La belle vitrine: Manaus entre dois tempos 1890-1900*. Manaus: FAPEAM, 2009.

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS – PROSAMIM. Estudo de Avaliação Ambiental Estratégica – EIS. Manaus/AM, julho de 2004 (pp.329).

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS – PROSAMIM. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Manaus/AM, julho de 2014 (pp.140).

ROSSIN, Antônio Carlos. PROSAMIM. Um programa de melhoria ambiental com inclusão social no centro da Amazônia. IGARAPÉS DE MANAUS – AMAZONAS – BRASIL, Maio de 2008.

SANTOS, Carolina Cássia Batista. *Direito à Moradia na cidade de Manaus*. Revista Ser Social, n. 8. Brasília: UNB, 2008.

SOUZA, Leno José Barata. “Cidade Flutuante”. *Uma Manaus Sobre as Águas (1920-1967)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.